

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: práticas pedagógicas de sucesso desenvolvidas por professoras do Ensino Fundamental I



TONIETTO, Ana Júlia
MEIRELES, Gabriela Silveira – ORIENTADORA
Curso de Pedagogia



INTRODUÇÃO

Sabe-se que uma educação na perspectiva inclusiva deve contemplar as diferenças de todos os/as alunos/as. No entanto, a educação no Brasil se constituiu a partir do paradigma da negação das diferenças desde o período segregacionista (MARQUES, 2012), em que alunos/as com necessidades especiais eram completamente excluídos e separados em instituições específicas, o que ainda ocorre nos dias atuais. Desse modo, é possível observar que as práticas pedagógicas geralmente visam apenas a integração do/a aluno/a com necessidades especiais no ensino regular, sem realmente contemplar a ideia da inclusão na perspectiva da diversidade (MARQUES, 2012). Apesar de muito se falar sobre educação inclusiva, nota-se que a escola ainda não está preparada para considerar as diferenças nas práticas pedagógicas, a fim de transformar-se em um espaço afirmativo das pluralidades e das potencialidades (MARQUES, 2012).

Diante disso, apostando na descoberta e no compartilhamento de iniciativas de sucesso em práticas inclusivas, o objetivo deste trabalho é conhecer práticas pedagógicas de sucesso de professoras do Ensino Fundamental I em educação inclusiva, tanto em escolas especiais quanto em escolas regulares. Nessa perspectiva, o problema de pesquisa está assim formulado: existem práticas de sucesso em educação inclusiva desenvolvidas por professoras do Ensino Fundamental I nas escolas especiais e nas escolas regulares?

METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, básica e descritiva. Como mostra Flick (2013, p.129), “enquanto a pesquisa quantitativa é baseada na mensuração e na contagem, a pesquisa qualitativa tende a evitar o uso desses valores numéricos. Dessa forma, na análise qualitativa, o pesquisador deve procurar um protocolo que seja “o mais detalhado, abrangente e exato possível”. A pesquisa é descritiva e básica, pois visa descrever de forma detalhada as experiências, os processos, os fenômenos ou situações e promover a melhoria das teorizações científicas acerca do assunto estudado (FLICK, 2013), estando em contato direto com a realidade estudada e com os sujeitos que ali se relacionam. Esta investigação contou também com a revisão de literatura.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas professoras que atuam no Ensino Fundamental I, sendo que 1 atua na rede regular e 1 atua em uma escola especial, ambas na cidade de Ubá/MG. Foi feita, em seguida, uma “análise interpretativa e explicativa”, descrita por Flick (2013, p. 148) como uma “codificação aberta” que tem como proposta “expressar os dados e os fenômenos na forma de conceitos”, de modo que os dados são categorizados, “emaranhados e desmanhados” ou “segmentados”. Cabe ressaltar, ainda, que esta pesquisa obedeceu aos princípios éticos cabíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa permitiu perceber que as professoras têm compreensões diferentes sobre a educação inclusiva. Notou-se, a partir das entrevistas, um foco maior da Professora 1 na preocupação da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na escola: “É aquela que você vai conseguir inserir a pessoa num contexto onde todas as habilidades vão ser continuadas, ser trabalhadas... É a pessoa se sentir aceita, não só aceita, mas se sentir aceita naquele meio, naquele ambiente no qual ela está inserida”. Já a Professora 2 amplia essa compreensão, entendendo que a singularidade se faz presente em todos os alunos: “educação inclusiva, ao meu entender, é... você ter que acabar fazendo atividades... dependendo da cada particularidade de cada aluno... independente dele ter laudo ou não. Em consonância com Vilaronga (2014), a inclusão vai além das crianças com necessidades educacionais especiais trazendo a perspectiva dos diferentes níveis de aprendizagem.

Ao serem questionadas sobre que tipo de práticas elas desenvolviam dentro da perspectiva inclusiva, a Professora 1 citou a questão da comunicação alternativa voltada para os alunos com deficiência: “*Tento trabalhar o currículo funcional, proporcionando uma comunicação alternativa e a parte motora, trabalhando todo o esquema corporal... promovendo materiais diversificados, adaptados para cada tipo de deficiência*”. Já a Professora 2 destacou a importância de conhecer o nível de aprendizagem de todos os alunos e de trabalhar com materiais concretos e lúdicos: “*Eu faço atividades de leitura, de leitura em grupo, leitura compartilhada... Pra saber o nível, né?... de cada criança. A gente faz com material lúdico, né? Com material concreto, leva pra fora de sala, faz atividades no pátio*”. De acordo com Batista (2019, p.6), o currículo funcional é aquele que “visa uma melhoria da qualidade de vida diária, promove a independência e a autonomia e facilita o desenvolvimento de habilidades básicas e essenciais a participação em toda variedade de situações e contextos da vida”.

Quando indagadas sobre que outras práticas pedagógicas elas desenvolviam e que consideravam ser uma prática de sucesso em educação inclusiva, a Professora 1 destacou a importância de trabalhar a autonomia e a participação dos alunos com deficiência na sociedade: “*Eu creio que é (...) você realmente trabalhar com o aluno aquilo que vai ser funcional para ele lá fora, né? (...) Mas que vai fazer bem para ele, que ele vai... precisar daquilo (...) Para não ficar uma coisa sem utilidade. Uma aprendizagem inútil*”. Já a Professora 2 focou na necessidade de proporcionar situações de aprendizagem para as crianças em seus diferentes níveis de conhecimento, através dos agrupamentos produtivos: “*Eu costumo todos os dias propor atividades com níveis diferentes... seja na Matemática, seja no Português ou em Ciências... Se eu vejo que os alunos estão com dificuldades diferentes, eu tento adequar as atividades que levo pra eles de acordo com essas dificuldades*”. Como constata Vilaronga (2014), esse tipo de prática são uma forte evidência de uma prática pedagógica inclusiva, pois trabalha com grupos heterogêneos e rotativos, envolvendo a corresponsabilização dos alunos, gerando autonomia em relação aos processos de aprendizagem.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos na pesquisa foi possível observar, que o foco da professora da escola especial estava no aluno ou aluna com necessidades educacionais especiais, enquanto a professora da escola regular reconhece que a prática inclusiva é aquela que está focada na particularidade de cada aluno ou aluna, independente de ele/a ser deficiente ou possuir algum laudo.

Assim, a pesquisa permitiu constatar que a prática educacional inclusiva em nada tem a ver com trabalhar com crianças com necessidades especiais, mas sim em ter um olhar pedagógico voltado para as diferenças, ou seja, para os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, a hipótese de manter as crianças com necessidades educacionais especiais em escolas especiais, em nada garante que esteja acontecendo ali uma prática inclusiva. Ou seja, uma prática de sucesso em educação inclusiva está muito mais ligada a uma prática diferenciada e adequada ao nível de aprendizagem dos alunos do que à presença de alunos com deficiências, síndromes ou transtornos.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Adriana Kleyde Henrique Sales. **Currículo funcional: atendimento aos estudantes com surdocegueira**. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2019.
- FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MARQUES, Luciana Pacheco. Cotidiano escolar e diferenças. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 101-117, mai./jun., 2012.
- VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. UFSCAR, São Carlos, 2014.